

# Teoria Marxista da Dependência: origens e combates

Avanço de investigação em curso.

GT17: Pensamiento Latinoamericano  
Vitor Hugo Tonin e Lino Fernando Bragança Peres

## Resumo

O pensamento social latino-americano demorou décadas para se emancipar do colonialismo intelectual e conquistar consciência crítica. Este processo encontrou seu auge na década de 1970, mais de 150 anos após os processos formais de independência. A elaboração dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência foi fundamental para a evolução deste processo e sua apropriação pelo pensamento marxista representou justamente o maior avanço adquirido nas ciências sociais latino-americanas. Entretanto, justamente quando o pensamento crítico latino-americano avançava na formulação de uma teoria marxista da dependência encontrou uma ofensiva imperialista varrendo o conceito de dependência do mapa das ciências sociais latino-americanas. O presente artigo busca apresentar alguns elementos para compreender a origem, o desenvolvimento e o ressurgimento da teoria marxista da dependência como práxis revolucionária.

**Ponencistas: Palavras-chave:** Teoria Dependência; Marxismo; Práxis Política.

## 1. Introdução

O pensamento social latino-americano demorou décadas para se emancipar do colonialismo intelectual e conquistar consciência crítica de suas bases sociais. Este processo encontrou seu auge na década de 1970, mais de 150 anos após os processos formais de independência. A elaboração dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência foi fundamental para a evolução deste processo e sua apropriação pelo pensamento marxista representou justamente o maior avanço adquirido nas ciências sociais latino-americanas.

O pensamento, embora tenha uma lógica de desenvolvimento própria, está sempre radicado nas relações sociais de produção e justamente quando o pensamento crítico latino-americano precisava suas definições e avançava na formulação de uma teoria marxista da dependência encontrou uma ofensiva imperialista, econômica e culturalmente avassaladora. Assim, o conceito de dependência foi varrido do mapa das ciências sociais latino-americanas com extrema rapidez e muito longe de apresentar uma superação dialética. Ao contrário, nos países em que esta corrente de pensamento estava mais difundida foi simplesmente substituída por um revisionismo liberal conservador e pós-moderno. Em outros países, no entanto, sequer ganhou divulgação. Este é o caso brasileiro: berço das principais mentes da teoria marxista da dependência é paradoxalmente um dos países onde esta menos se difundiu.

Este artigo insere-se num novo momento latino-americano em que as novas gerações voltam a tomar consciência crítica da realidade dependente e subdesenvolvida e buscam resgatar as “velhas” teorias e debates da década de 1970. Mais especificamente, o presente artigo busca apresentar alguns elementos para compreender a origem, o desenvolvimento e o ressurgimento da corrente marxista da dependência.

Entende-se por corrente, ou teoria marxista da dependência (TMD) aquela que encontra nas perdas internacionais a razão para nossa condição de país subdesenvolvido e periférico. Estas perdas, ou transferências de valor, são historicamente compensadas pela exploração interna da força de

trabalho, ou seja, da superexploração da força de trabalho. A partir desta definição encontramos 3 autores brasileiros como principais formuladores desta corrente: Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini.

## 2. A conjuntura latino americana

O estrangulamento externo exercido sobre a economia exportadora durante o período que vai da 1ª Guerra Mundial até o fim da 2ª Guerra Mundial, passando pela crise de superacumulação de 1929, tornou inevitável a consolidação de um setor industrial dentro de alguns países da América Latina, a despeito da vontade e da consciência que disso tinham as burguesias locais.

A solução estrutural para a crise do modelo primário-exportador estava, portanto, em pleno curso, independentemente da consciência que dela tinham as elites políticas, técnicas e empresariais do país, mas alimentando essa consciência. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253)

Ao retornarmos aos “tempos de paz”, por sua vez, esta burguesia industrial em formação deixará de contar com a proteção automática do estrangulamento externo e com os auxílios estatais de uma “economia de guerra” e terá que enfrentar a ofensiva liberal da forte burguesia agroexportadora. Mas não quedará desamparada nesta tarefa, pois diversos países subdesenvolvidos e recém emancipados passam a investigar causas do atraso e das discrepâncias com os países centrais:

Neste sentido, os países capitalistas centrais passam a desenvolver teorias destinadas a explicar essas disparidades, que os beneficiam de modo gritante, e a tratar de oferecer perspectivas para os novos Estados, teorias que - sob a denominação genérica de teoria do desenvolvimento – se iniciam em órgãos governamentais, passam às agências internacionais e se estendem às universidades e centros de pesquisa. (MARINI, 1992, p. 74).

A criação destas agências encontrará na América Latina, portanto, uma burguesia industrial nascente carente de tal aparato, adquirindo assim a sua especificidade: não será mera difusora da teoria do desenvolvimento, mas também criadora de um arcabouço teórico condizente com a realidade latino-americana em consonância com os interesses da fração industrial em germinação. É neste contexto internacional e nessa situação de luta de classes interna que se cria a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), sob a chefia do argentino Raúl Prebisch.

Partindo da concepção de economia mundial como totalidade “orgânica”, a CEPAL divide o mundo em dois blocos de países: centro e periferia. Diferentemente, portanto, do que afirmava a teoria do desenvolvimento estadunidense<sup>1</sup>, para a CEPAL, subdesenvolvimento não é uma etapa anterior de um processo natural e linear, mas a contraparte do desenvolvimento. A unidade de ambos e as relações entre eles conformam “o processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial” (PREBISCH, 2000), deixando claro que o centro se apóia na periferia. Todavia, o paradigma que organiza o pensamento cepalino é seu ponto de unidade com as teorias do desenvolvimento: a percepção de que, depois de identificadas e corrigidas as causas do subdesenvolvimento, é possível desenvolver um capitalismo de tipo central. Esta contradição entre uma interpretação que admite ser o subdesenvolvimento resultado do desenvolvimento da economia mundial e coloca como proposta a possibilidade de dentro desta economia mundial todos os países serem desenvolvidos, acompanhará toda a história da Cepal. A ênfase colocada em cada um dos pólos desta contradição na interpretação cepalina será expressão da intensidade da luta de classes em cada período, mas a contradição se manterá até os dias atuais e se radica na análise do mecanismo concreto identificado como causador do subdesenvolvimento.

<sup>1</sup> ROSTOW, W. W. Etapas do crescimento econômico: um manifesto anti-comunista. É a referência mais popular destas

Este mecanismo é uma evidência empírica: a deterioração dos termos de troca. Prebisch apresenta que a relação entre os preços de exportação da periferia para o centro e de importação das mercadorias produzidas pelos países centrais tende historicamente a cair e identifica como causa fundamental deste processo a difusão desigual do progresso tecnológico entre os países. O raciocínio, em sua essência, é simples: em uma economia primário-exportadora o desenvolvimento do setor industrial é obstaculizado pela transferência de renda da periferia para o centro através da deterioração dos termos de troca no comércio mundial. O não desenvolvimento da indústria leva a um acúmulo de mão de obra no setor primário que ao mesmo tempo freia o aumento de produtividade e rebaixa os salários deste setor. A redução salarial no setor primário, além de concorrer também para frear sua produtividade, é responsável pela limitação do mercado interno que, por sua vez, não estimula a expansão de indústrias de consumo, contribuindo assim para a manutenção da primazia do setor primário.

Somando-se esta análise ao paradigma de desenvolvimento capitalista autônomo, é normal que a industrialização se apresente como panacéia dos problemas econômicos e sociais da periferia e por isso ela é central para a ideologia desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 2000, p.250). Através dela, unicamente, promover-se-ia a distribuição da força de trabalho entre os setores produtivos, a elevação dos salários, a expansão do mercado e o progresso técnico contrariando, assim, as transferências de renda no mercado internacional.

por um longo período, até o início dos anos 60, o debate econômico centrou-se na problemática do desenvolvimento das forças produtivas, deixando-se em plano secundário as questões mais diretamente sociais, como distribuição da renda e da propriedade. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 264)

Assim, embora a Cepal não compartilhe da visão etapista das teorias desenvolvimentistas estadunidenses - onde o subdesenvolvimento aparece como etapa anterior do desenvolvimento - mantém a utopia desenvolvimentista de que é possível construir na periferia um capitalismo autônomo como o dos países centrais. Portanto, a finalidade de ambas é comum.

O pragmatismo dos intelectuais da CEPAL salvava-os de qualquer concepção idealista sobre a ciência e a consciência. Sabiam muito bem que somente a análise é incapaz, por si só, de modificar concretamente o mundo real. É preciso que ela se torne consciência de uma classe social que a coloque em prática, que lute por ela. Furtado nos dá um testemunho valioso de a qual classe social estava colocando seus serviços intelectuais:

Foi nos anos 30 que se começou a questionar o modelo de economia “essencialmente agrícola” defendido pela classe dominante brasileira. Fui um dos primeiros a denunciar o agrarismo como causa de nosso atraso. (...).

Não que o país fosse totalmente destituído de indústrias. O que não havia era sistema industrial capaz de autogerar o seu dinamismo. O ritmo da atividade econômica era comandado do exterior, portanto, pelas atividades primárias. O problema não se limitava a depender da importação de tecnologia e de equipamentos para crescer, e sim dispor de uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país. **Foi quando me convenci de que a classe industrial nascente podia assumir esse papel histórico que me pus a trabalhar para forjar os instrumentos de que ela necessitava para desempenhá-lo.** (FURTADO, 2007, p.17, grifo nosso).

A caracterização de MARINI, portanto, parece-nos perfeita:

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhado já o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado

industrial e a classe média assalariada. Ao mesmo tempo em que acena para estes com a ampliação da oferta de emprego e maiores salários, o desenvolvimentismo, mediante a crítica do esquema tradicional de divisão internacional do trabalho, exige dos grandes centros capitalistas o estabelecimento de um novo tipo de relações e, rechaçando o modelo primário-exportador, abre fogo contra a velha classe dominante. Evita, porém, no contexto da luta inter-burguesa, colocar como premissa do modelo industrial a reforma agrária, tanto mais que a política da burguesia industrial não passava pela aliança com o campesinato. (MARINI, 1992, p. 79).

Desta maneira, a burguesia industrial estava amparada ideologicamente para enfrentar a resistência da burguesia liberal agro-exportadora, mas não estará sozinha neste enfrentamento. Contará com a importante ajuda dos Partidos Comunistas vinculados a III Internacional.

A esquerda latino-americana se encontrava desarmada teoricamente para enfrentar a conjuntura que se apresentava. O avanço do processo soviético juntamente com o forte controle ideológico da III Internacional contribuiu para coibir a difusão e o aprofundamento do marxismo crítico latino-americano surgido na década de 1920, de tal maneira, que os PCs latino-americanos apenas importavam a análise generalista da III Internacional sobre o mundo colonial.<sup>2</sup>

Esta análise caracterizava a sociedade brasileira como submetida a um duplo constrangimento: pelo imperialismo no plano externo e internamente pelos traços feudais da nossa agricultura. Estes dois traços, segundo os PCs, eram os principais obstáculos do desenvolvimento econômico e social do país. A estratégia anti-feudal e antiimperialista para construção de um capitalismo democrático e nacional é seu corolário político. Obviamente, a principal classe responsável por essa tarefa histórica era a burguesia industrial nacional.

Tratando-se de mera reprodução sobre a realidade brasileira da análise e estratégia formuladas pela III Internacional, o PC estava órfão de quadros teóricos capazes inclusive aplicar sobre a realidade concreta latino-americana a sua própria concepção, tornando-os reféns das formulações cepalinas que como sintetiza Marini, convergiam:

A ascensão da burguesia industrial no pós-guerra e principalmente, o brilho da sua expressão ideológica – o desenvolvimentismo – apanham os comunistas desarmados. O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior – quando ficara confinado sobretudo à historiografia – leva, então a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo. (MARINI, 1992, p.86).

Conformava-se então o bloco histórico que possibilitou à ideologia desenvolvimentista se tornar dominante durante a década de 1950 e permitiu à burguesia industrial exercer seu comando sobre o país. Este bloco era integrado pelo capital estrangeiro, pela burguesia agro-exportadora, burguesia industrial e por parte do proletariado sob influência dos PCs a reboque das classes dominantes. Este movimento adquire expressão acabada na política econômica do governo de brasileiro de Juscelino Kubitschek.

Todavia, a concretização da ideologia desenvolvimentista irá desvelando os seus próprios limites. Promove uma profunda transformação da estrutura produtiva brasileira e avança na industrialização guiada por um planejamento estatal (Plano de Metas) que coloca em primeiro plano a burguesia nacional e que orienta o capital estrangeiro. Nada disso, porém, solucionara os problemas estruturais da economia brasileira: a inflação crescente, a manutenção dos déficits no balanço de

<sup>2</sup> Referimos-nos à obra de Jose Carlos Mariátegui e Julio Antonio Mella.

pagamentos e os baixos salários se mantêm ao lado do aprofundamento das desigualdades sociais na cidade e no campo. Assim, ao eclodir-se a crise de produção e realização dos anos 1960, a panacéia da industrialização se desnuda aos olhos de todas as classes sociais, obrigando a CEPAL a focalizar as reformas de base – no caso brasileiro - como processo necessário para o avanço do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409, 410).

O conteúdo social das reformas de base no Brasil e a massiva mobilização das classes populares em torno delas concomitantemente ao aprofundamento da crise econômica irão colocando cada vez mais a burguesia industrial ao lado das outras frações da classe dominante. A aliança com os trabalhadores não apenas havia se esgotado, pois não se refletia em aumento dos níveis de acumulação, como havia se tornado perigosa: a radicalização e massificação da participação popular nas decisões políticas sempre assustaram as burguesias de todo o mundo, ainda que o conteúdo político de tal participação não seja anti-capitalista. Assim, nada tendo a perder, a burguesia industrial brasileira demonstra a sua verdadeira função histórica frustrando as ilusões cepalinas e comunistas de que seria capaz de implantar um capitalismo nacional, democrático e autônomo. A esquerda brasileira, surpresa e despreparada para tamanha “traição”, nada pode fazer senão assistir a instalação de uma ditadura cívico-militar na maior e mais “desenvolvida” economia latino-americana sem a necessidade de um único tiro.

O golpe militar de 1 de abril de 1964 é, portanto, o resultado histórico-concreto do desenvolvimento capitalista no Brasil dirigido pela ideologia desenvolvimentista e pela estratégia democrático-burguês dos comunistas. O reformismo se revela, então, como ante-sala da contra-revolução, justamente por abalar as bases da dominação capitalista dependente sem efetivamente destruí-las.

### 3. As origens da TMD

Nem só de ideologia vive a realidade latino-americana e já em meados da década de 1950 começa surgir uma nova esquerda, crítica e questionadora das linhas impostas pela III Internacional. Como sempre a realidade concreta se antecipa às ideias e a Revolução Cubana se apresenta como um raio no céu azul do pensamento oficialista. A revolução cubana afronta as principais teses do projeto democrático-burguês: o caráter capitalista da etapa latino-americana e o papel revolucionário da burguesia nacional neste processo.

A historiografia dominante apresenta a “nova esquerda” surgida nesta época em toda América Latina de maneira extremamente simplista: seriam tentativas forçadas de transplantar a Revolução Cubana para toda a América Latina. Ademais do longo debate latino-americano sobre a tática da Revolução Cubana, sua principal contribuição é de caráter estratégico, pois demonstrou que à realidade subdesenvolvida e dependente corresponde uma revolução socialista e não reformas burguesas.

O logro da revolução cubana aumenta seu impacto sobre esquerda latino-americana, porém, este processo já se evidenciava desde a década de 1950 com os processos da Guatemala, Bolívia e Brasil. Jacob Arbenz, Paz Estenssoro e Getúlio Vargas, já haviam avançado até os limites do reformismo esbarrando justamente nos limites imperialistas.

Todo este processo, portanto, já vinha evidenciando e condicionando uma crítica de esquerda à estratégia democrático-burguesa. A revolução cubana é a principal influência da nova esquerda e da TMD por apresentar claramente o processo a que estava submetida toda a América Latina, isto é, a relação imperialista. Como afirmam Marini e Bambirra:

A gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana -particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua- **não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela** - independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 60. (MARINI, 1992, p. 63, grifo nosso).

Dentro da esfera teórica, houve a influência do pensamento nacionalista radical que orbitava principalmente em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e entre estes, assume grande dimensão a figura de Alberto Guerreiro Ramos, grande responsável pela inauguração da sociologia crítica brasileira (sociologia em mangas de camisa) e do combate ao dogmatismo da III Internacional.

Outra forte influência exerceram Paul Baran e Sweezy que desde o centro capitalista (EUA) começaram a combater as teses da “teoria do desenvolvimento” consolidada com a chegada ao Brasil de André Gunder Frank e seu encontro na Universidade de Brasília com Marini, Bamberger e Theotonio.

É fundamental afastar a hipótese de que a TMD tenha sido formada como alternativa acadêmica do pensamento desenvolvimentista. Em primeiro lugar porque a descoberta cepalina da deterioração dos termos de troca foi fundamental para a evolução de sua crítica, o surgimento da teoria do intercâmbio desigual e sua apropriação pelos autores latino-americanos. E, principalmente, porque a Cepal só se transformou em alvo das críticas na medida em que foi apropriada como base teórica da estratégia democrático-burguesa dos partidos comunistas. E aqui aparece o principal elemento originário da TMD: **a práxis política.**

Surge no Brasil em 1959 a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) reunindo diversas frações da esquerda. Mesclavam-se aí influências leninistas, trotskistas, luxemburguistas, trabalhistas, nacionalistas radicais, enfim uma miríade de concepções aparentemente irreconciliáveis. Além de Marini, Bamberger e Theotonio, participaram desta organização Eric Sachs, Moniz Bandeira, Michel Lowy, Emir e Eder Sader, Paul Singer, entre outros. A unidade se dava em 3 elementos básicos: o caráter capitalista da formação econômica brasileira, a estratégia revolucionária e socialista e a organização independente da classe trabalhadora. Dentro de um processo continental, a Polop é influenciada e mantém relações com o *Movimiento Izquierda Revolucionaria – práxis*, argentino, de Silvio Frondizi, que participou do primeiro congresso da POLOP realizado em 1961 e manterá relações com a nova esquerda, principalmente venezuelana e chilena.

É neste terreno, da práxis política, onde se encontra a principal força criadora da TMD, entendendo a práxis política como ação coletiva e consciente em uma realidade com o objetivo de transformá-la. Essa maneira de se colocar no mundo exige a formulação de uma interpretação social radical, ou seja, que encontre as raízes da formação social que se busca transformar, pois só assim seria possível superá-la. É assim que a práxis política se apresenta como principal elemento impulsionador da intelectualidade criadora da TMD. Será no debate interno e nas elaborações da Polop que mais se avançará na investigação da realidade latino-americana. A tarefa de influenciar o movimento operário através da formulação de políticas concretas dentro de uma estratégia revolucionária socialista em contraposição ao reformismo será a principal mola propulsora da TMD. De tal forma, que após o impacto do golpe militar no Brasil, será no forte movimento de massas chileno que esta corrente encontrará um segundo momento de grande evolução.

Ruy Mauro Marini, após passar pelo México, desembarcará no Chile onde encontrará Vânia Bamberger, Theotonio dos Santos, Gunder Frank, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Marta Harnecker, Tomás Vasconi, além de vários outros intelectuais latino-americanos de grande estatura. Articulados pelo Centro de Estudos Socio-econômicos (CESO) da Universidade do Chile trabalharam coletivamente nos estudos da dependência em suas várias dimensões. No entanto, ademais dessa fundamental interlocução é novamente a práxis política a principal impulsionadora da TMD. Os principais formuladores estavam todos vinculados ao governo de Unidade Popular (UP) ou ao Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR). Marini, integrou este último ativamente e seu livro *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile* de 1976 é uma referência obrigatória na teoria marxista da dependência juntamente com *Dialética da Dependência* de 1973.

#### 4. Os principais combates

É neste momento, embalada pelo impacto mundial da tentativa chilena de transição pacífica ao socialismo e da Revolução Cubana que a teoria da dependência ganhará notoriedade mundial, seja em suas versões estruturalistas, weberianas ou marxistas. O conceito de dependência, ainda em disputa por essas várias abordagens, passa a influenciar todos os campos das ciências sociais. A “questão urbana” é um exemplo claro deste auge das teorias da dependência.

A sociologia urbana francesa encontrou na dependência uma forte aliada para debater a questão urbana na periferia do sistema capitalista. Isso se deve, principalmente, ao fato de que a teoria da dependência é a outra face da teoria do imperialismo. Ao menos dois grandes trabalhos coletivos foram realizados nestes marcos: *Urbanización y dependência en America Latina* organizado por Martha Schteingart e *Imperialismo y urbanización en America Latina*, organizado por Manuel Castells, ambos no ano de 1973. Em ambos há uma clara motivação crítica e transformadora da realidade latino-americana. Inserindo a questão urbana latino-americana dentro do processo mundial do desenvolvimento capitalista, isto é, nos marcos do imperialismo e da dependência foi possível avançar na compreensão da formação das cidades latino-americanas. Como afirma Manuel Castells logo na apresentação: “urbanización y América Latina solo pueden ser unificadas de forma válida a través de una óptica que las sitúe con respecto al imperialismo.” (CASTELLS, 1973, p.1). Nestes trabalhos, o conceito de dependência utilizado é tomado, principalmente, de Aníbal Quijano numa formulação ainda imprecisa e muito distante da formulada por Marini em seu *Dialética da Dependência* também publicado em 1973.<sup>3</sup>

Esta disputa, ou seja, a não hegemonia da teoria marxista de dependência concorreu para o seu abandono, na medida em que o crítico poderia selecionar uma de suas vertentes como a principal. Na maioria das críticas a escolhida não era a que se fundava no materialismo histórico e dialético. E essa escolha não era acidental. Elegia-se como conceito de dependência aquele mais débil, mais facilmente criticado e afastava-se assim em conjunto todo este bloco heterogêneo. Percebendo a necessidade estabelecer as bases marxistas do debate da dependência Marini decide publicar sua pesquisa não concluída com o título de *Dialética da Dependência*, buscando assim separar-se claramente das outras vertentes.

Por outro lado, também houve as críticas que fortaleceram e aprimoraram a teoria marxista da dependência. As três principais foram expostas e analisadas por Vânia Bambirra em seu concurso à Universidade Nacional do México e que foi logo em seguida publicado pela Editora Era naquele país. Ali, BAMBIRRA (1978) rebate as críticas formuladas pelo estruturalismo cepalino (Octavio Rodríguez), pelo endogenismo dos partidos comunistas (Enrique Semo) e de Agustín Cueva por ser “el esfuerzo más amplio que se há realizado hasta ahora de cuestionamiento de las tesis de la dependência”.

Não obstante sua influência mundial, “O paradoxal é que, apesar de que o nosso pensamento tenha percorrido boa parte do mundo afora, no Brasil, a não ser por via oral – aulas e conferências – ele não teve quase nenhuma divulgação e, portanto influência.” (BAMBIRRA, 1991, p. 97). “Óbvio”, pensarão alguns, afinal o país se encontrava sobre a mais forte censura onde qualquer pensamento crítico era perseguido. Mas então, por que razão autores declaradamente críticos do regime como Octavio Ianni, Francisco Weffort, Bóris Fausto, Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Luis Gonzaga de Melo Belluzzo, João Manoel Cardoso de Melo conseguiram se popularizar? Mesmo um dos principais críticos à TMD, o equatoriano Agustín Cueva, reconhece este paradoxo:

---

<sup>3</sup> “La construcción de la problemática general de la dependência está todavía por hacer, y ninguna tipología de la dependência existe actualmente para servir de marco de referencia al estudio de la situación latino-americana.” (QUIJANO, 1968)

En algunos casos, como el de Brasil, los militares simplemente cortaron culturalmente al país del resto de Latinoamérica. Paradoja de la historia: entre 1964 y 1979, mientras esa nación adquiría para nosotros corporeidad y presencia casi cotidiana a través de sus brillantes intelectuales exiliados, para los brasileños “del interior” nosotros éramos un perfil fantasmagórico, para no decir una pura ausência. De hecho, ni los mismos intelectuales brasileños del exílio eran conocidos en su tierra, en parte porque la censura dictatorial lo impedía y en parte también – aunque de pena decirlo – porque sus colegas Del interior al principio no querían correr el riesgo de difundirlos y, después, cuando tal riesgo había desaparecido, preferían reinar sin competencia. En todo caso, el corte cultural fue intenso y las ciencias brasileñas están profundamente marcadas por él: la sociología radical, revolucionaria, terminó con la generación que tienen de 45 años para arriba. (CUEVA apud BAMBIRRA, 1991, p. 98)

Marini parece concordar com Cueva de que a responsabilidade pelo isolamento cultural brasileiro com relação à América Latina, não se deve somente à censura do regime.

Essa política teria resultado, porém, menos exitosa se mais e mais intelectuais não houvessem sido cooptados pelo sistema, inclusive aqueles que se situavam em oposição ao regime. Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípua de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo - principalmente ao ter início a desagregação do regime, a fins dos anos 70 - uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele - qualquer que fosse sua conotação política - que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo. Por outra parte, no ambiente fechado em que sufocava o país, resultava proveitoso, para os que nele podiam entrar e sair livremente, monopolizar e personalizar as idéias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Neste contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970, marcada por processos políticos de grande transcendência e concluída com uma revolução popular vitoriosa. (MARINI, 2005, p. 121).

Ambos, portanto, concordam que grande parte da responsabilidade sobre o isolamento cultural e pela não divulgação da TMD no Brasil se deve a atuação decisiva de muitos intelectuais de esquerda. De fato, não se tratava apenas de receio em ver seu nome vinculado ao radicalismo da TMD ou de egocentrismos próprios de intelectuais pequeno-burgueses, pois a intelectualidade de esquerda não somente deixou de divulgar a TMD como também a atacou, digamos assim, academicamente.

Seu ponto alto no Brasil se expressa na publicação do texto de Cardoso e Serra, *As desventuras da dialética da dependência*, pela revista Novos Estudos CEBRAP – órgão ligado a USP, dirigido por Cardoso e financiado pela Ford Foundation. O início do artigo já deixa claro os procedimentos a que recorreriam os autores: “Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar trancas que fechem as falsas saídas”. (CARDOSO; SERRA, p. 36) As trancas foram colocadas inclusive nesta revista que não publicou a resposta de Marini: “As razões do neodesenvolvimentismo: por que me ufano de minha burguesia” que permaneceu desconhecida no Brasil até o ano 2000. Não queremos aqui expor as evidentes debilidades e falsificações realizadas por Serra e Cardoso, pois basta-nos para nosso fim demonstrar que a intelectualidade dita de esquerda,



consentida pela ditadura brasileira e financiada por empresas estadunidenses atacou decididamente a TMD.<sup>4</sup>

Não era o bastante, todavia. O esgotamento do milagre econômico e a correspondente distensão política exigiam a construção de algo novo no cenário ideológico que fosse capaz de atrair o pensamento de esquerda. Não bastava somente impedir que o pensamento revolucionário penetrasse era necessário colocar algo em seu lugar e isso se realizou através do Cebrap/USP e da Unicamp com a divulgação de Cardoso e Serra, e da teoria do “capitalismo tardio” de Cardoso de Mello (1981). Estas duas interpretações e sua difusão estão vinculadas à necessidade do surgimento de uma esquerda não radical, institucionalizada e reformista no país que também será, ao fim, derrotada pela nova ofensiva imperialista dos anos 1990.

## **5. Para uma teoria da práxis revolucionária.**

Há um inegável retorno ao estudo da dependência. Desta vez, mais claramente na sua versão marxista. A universidade como instituição de divulgação cultural do sistema de dominação tem sido a principal articuladora deste resgate.

Nossa intenção foi demonstrar que a teoria marxista da dependência é uma teoria forjada pela e para a práxis revolucionária e a dialética de seu desenvolvimento está intimamente ligada a dialética da luta de classes latino-americana e mundial. Sua derrota foi a derrota da classe operária no Brasil, no Chile e em toda América Latina. Agora, diante de um novo despertar latino-americano ela passa a ser resgatada principalmente pelas novas gerações, mais frescas, e pouco influenciada pelo ascetismo predominante nos anos neoliberais. Enfim, o acirramento da luta de classes na América Latina é que poderá sustentar um efetivo resgate e atualização da TMD.

A “nova esquerda” latino-americana da década de 1970 precisa ser resgatada em sua totalidade: os debates estratégicos, táticos, as formas organizativas, enfim o resgate de toda a história da esquerda revolucionária da qual faz parte a teoria marxista da dependência é fundamental para avançarmos na superação do capitalismo dependente.

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre o boicote à TMD no Brasil, cf. PRADO, 2011.

## 6. Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. Memorial. 1991.

BAMBIRRA, Vânia. Teoria da dependencia: uma anticrítica. México: Era, 1983.

BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento. 2. ed. São Paulo (SP): Nova Cultural, 1986.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul Marlor. Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem economica e social americana. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 4 ed. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto, 2000.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência.

CASTELLS, Manuel. Imperialismo y urbanización en America Latina. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A redução sociológica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

LEAL, Leovegildo Pereira. Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Niterói: UFF, 1992. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina integração e dependência. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética de la dependência. Mexico: Ediciones Era. 1973.

MARINI, Ruy Mauro. El reformismo y la contrarrevolución: estudos sobre Chile. Mexico: Ediciones Era. 1976.

MARINI, Ruy Mauro. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PRADO, Fernando Corrêa. História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Uberlândia, 2011. Disponível em [http://www.sep.org.br/artigo/6\\_congresso/2347\\_e0aa1637295d985eed289226d8221e55.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso/2347_e0aa1637295d985eed289226d8221e55.pdf)

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In.: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. In.: Revista Mexicana de Sociología. México. D.F.: UNAM, 1968.

SCHTEINGART, Martha (org.). Urbanización y dependência em América Latina. Argentina: Ediciones Siap. 1973.